



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

Ofício n.º 305/18 GAB.PRES.

Campo Bom, 28 de agosto de 2018. ^{03 SET 2018}

Senhor Presidente

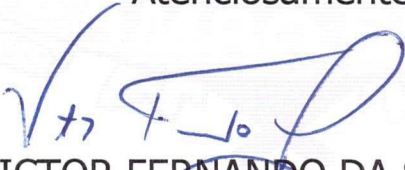
Estamos comunicando Vossa Excelência que, em Sessão Ordinária realizada nesta Casa, foi **APROVADA**, a **MOÇÃO DE REPÚDIO Nº 12/18** de autoria dos Senhores Vereadores: Victor Fernando Souza, Tiago Souza da Silva, Sandra Orth, Joceli Fragoso e Jair Wingert, (Cópia Anexa), conforme segue:

- **MOÇÃO DE REPÚDIO Nº 12/18 VEREADORES: VICTOR FERNANDO SOUZA, TIAGO SOUZA DA SILVA, SANDRA ORTH, JOCELI FRAGOSO E JAIR WINGERT**

"MOÇÃO DE REPÚDIO, CONTRA OS ATOS DO SENHOR PRESIDENTE MICHEL TEMER, EM FACE DA PROMULGAÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA 844/2018."

Sendo o que tínhamos para o momento, reiteramos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,


VICTOR FERNANDO DA SILVA SOUZA,
Presidente

Excelentíssimo Senhor
EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal
Praça dos Três Poderes
CEP 70165-900 - Brasília DF

O Poder Legislativo é o Suporte da Democracia



MOÇÃO DE REPÚDIO

*Resolução 04/2015 – Regimento Interno - Art. 2º A Câmara tem função precipuamente legislativa, e exerce atribuições de fiscalização, controle e assessoramento dos atos do Executivo e, no que lhe compete, pratica atos de Administração Interna. § 4º A função de controle político-administrativo se realiza mediante pronunciamentos da Tribuna da Câmara, requerimento de informações, Comissões Especiais de Inquérito ou de investigações, **moções** de desagrado, de censura ou de **repúdio**, bem como sugestão de medidas administrativas, restritas à sua organização interna, à regulamentação de seu funcionamento, estruturação e direção de seus auxiliares,*

Senhor Presidente:

Os Vereadores signatários, nos termos do Regimento Interno, Requerem, ouvido o Plenário, o encaminhamento da presente **MOÇÃO DE REPÚDIO**, contra os atos do Senhor Presidente Michel Temer, em face da Promulgação da Medida Provisória 844/2018;

Requerem ainda o envio da Presente Moção ao Presidente do Senado Federal e Câmara dos Deputados, para que rejeitem a Medida Provisória antes citada;

Por derradeiro, solicitam ainda, seja dada ciência ao Supremo Tribunal Federal, das flagrantes inconstitucionalidades, presentes na malfadada Medida Provisória 844/2018, que traz em seu conteúdo um flagrante desrespeito a autonomia do Poder Legislativo Municipal.

A promulgação da Medida Provisória 844/2018, retira os poderes dos Municípios, quando concedentes dos serviços de saneamento básico e **ACABA TOTALMENTE COM A FUNÇÃO LEGISLATIVA**, no que concerne a autorização para o Executivo dispor sobre a privatização do serviço público, quando transfere a responsabilidade das decisões para **ATOS EXCLUSIVOS DO PODER EXECUTIVO**, a exemplo do disposto no Artigo 5º da MP 844/18, onde alteram o Art. 11-A e o Art. 19-§1º, ambos da Lei 11.445/2007.

A MP 844 atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas competência para editar normas de referência nacionais sobre o serviço de saneamento, a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos, e a Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País.

É importante ressaltar que o papel do Legislativo, ao longo de sua existência, tem sido até nos piores momentos da vida nacional, o sustentáculo da democracia, servindo como base de ressonância dos anseios populares e,



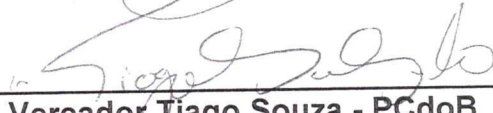
mediador entre o interesse público e a sanha de governantes, que tentam dispor do que é público, como se privado fosse.

É preciso reconhecer e apoiar a importância da existência dos Poderes Legislativos, mormente em um tempo de cenário preocupante que vive nosso país, sendo o parlamento o espaço para debates e decisões democráticas, sem contar que o ensejo da privatização de um bem precioso como a água, relegaria os trabalhadores da área do saneamento e seus familiares ao abandono.

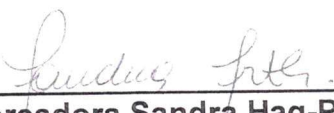
Diante dessas considerações, rogamos aos Nobres Pares, a aprovação unânime da Presente Moção, com o devido encaminhamento aos nossos representantes federais, rogando pela derrubada da Medida Provisória nº 844/2018.

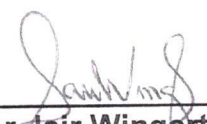
Atenciosamente,



Vereador Victor Fernando Souza - PCdoB


Vereador Tiago Souza - PCdoB


Vereador Joceli Fragoso - PTB


Vereadora Sandra Hag-PSDB


Vereador Jair Wingert - PP



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Brasília, 18 de setembro de 2018.

Senhor Victor Fernando da Silva Souza, Presidente da
Câmara Municipal de Campo Bom – RS,

Acuso recebimento, nesta Secretaria-Geral da Mesa, do
Ofício nº 305/18 GAB.PRES, de Vossa Excelência, encaminhado pela
Presidência do Senado Federal. Cabe-nos informar que sua manifestação
foi remetida à **Comissão Mista da Medida Provisória nº 844, de 2018** do
Congresso Nacional, por se tratar de assunto relativo às suas
competências regimentais.

Atenciosamente,



Luiz Fernando Bandeira de Mello
Secretário-Geral da Mesa